



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Zenilda Sonia Pereira Miranda



PROCESSOS HISTÓICOS E PEDAGÓGICOS NO ASSENTAMENTO

PRIMEIRO DE JUNHO

Belo Horizonte 2014

Zenilda Sonia Pereira Miranda

PROCESSOS HISTORICOS E PEDAGOGICOS NO ASSENTAMENTO

PRIMEIRO DE JUNHO

Monografia apresentado a Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialização em Educação do Campo..
Orientadora: Prof^a Dr^a Penha Souza Silva
Coorientadora: Prof: Cristiene Adriana da Silva Carvalho.

Belo Horizonte 2014

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar Processos Históricos e Pedagógicos no Assentamento Primeiro de junho. O mesmo Partiu do contexto da Educação do campo. A Pesquisa se justifica pela a importância sistematizar a luta pela terra e pela escola. Para isso a pesquisa utilizou entrevistas semi estruturada, com mãe de alunos, diretora da escola e pessoas assentadas militantes e levantamento bibliográficos. Como resultados percebeu se que a escola tem um significado para comunidade, ela é um espaço de referencia com possibilidades de unidade entre a comunidade e a escola. Percebem-se as falas no contexto de educação para o campo. É notável sugestões de formas de participação da comunidade na escola. A relação da luta pela terra e pela escola neste contexto é forte e marca profundamente as lutas e conquistas. Aponta um desejo de da escola na perspectiva da educação do campo.

Palavra-chave: Educação do campo - escola – comunidade terra

SIGLAS E OS RESPECTIVOS SIGNIFICADOS

COOPERNOVA: Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte

ASCA: Associação de Cooperação Agrícola 1º de Junho

PPP: Projeto Político Pedagógico

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

EJA: Educação de Jovens e Adultos

INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária

APIFIC: Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

LDB: Lei de Diretrizes e Base

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. DIALOGO LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO ATUAL.....	09
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DO ASSETAMENTO 1º DE JUNHO	13
3.1 Momento atual no contexto organizativo	16
4. A ESCOLA E O ASSENTAMENTO	19
4.1 Elementos pedagógicos práticas de educação do campo e o PPP.....	21
4.2 Direitos relativos às políticas públicas da educação do campo.....	21
4.3 Processos históricos e pedagógicos na voz dos sujeitos.....	22
4.4 Amostra da pesquisa.....	23
4.5 Análise das entrevistas.....	23
4.6.1 Processo pedagógico enquanto referência na Construção de práticas da escola como uma referência para a luta.....	25
4.6.2 Outros desafios a serem superados.....	26
4.6.3 Escola e participação dos sujeitos	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta discussões do Processo vivenciados na luta pela terra e pela escola no Assentamento 1 de Junho o mesmo é fruto de luta das famílias que ocuparam a fazenda Califórnia em 1993, e continuou o trabalho voluntário com alfabetização de jovens, adultos e crianças, o qual teve início na Fazenda Aruega, a qual é protagonista da história de luta pela terra em Minas Gerais.

A luta por escola no Movimento Sem Terra está inserida no mesmo contexto de luta pela terra as primeiras experiências de escola surgem no Rio Grande do Sul inicialmente, para dar condições às famílias de permanecerem acampadas. Entretanto, essa ideia foi superada e a escola passou a ser um campo de luta necessário para fortalecer a identidade Sem Terra.

Com a legalização da Escola Estadual primeiro de Junho em 1995, a qual é o meu objeto de estudo os professores que não tinham formação não puderam continuar e então vieram professores que pareciam ser simpáticos à luta. No ano de 1998, com a política de municipalização, os professores excedentes do estado foram indicados para tomar posse na escola e mais uma vez houve troca de professores.

Destacamos que no Vale do Rio Doce, a escola do Assentamento Primeiro de Junho é a única em áreas de assentamento do Movimento Sem Terra, que tem sede e nome próprio e, atualmente, funciona com anos iniciais do ensino fundamental, EJA anos finais e dois anexos com anos iniciais, atendendo a comunidade acampada e assentada.

O assentamento 1º de junho é o reflexo da luta pela terra e Reforma Agrária no nosso país que se consolidou depois de uma trajetória de oito anos de luta de homens, mulheres e crianças que, em doze de fevereiro de 1988, ocuparam o primeiro latifúndio improdutivo: a Fazenda Aruega no município de Novo Cruzeiro Minas Gerais. A terra não foi suficiente para todas as famílias e muitas ficaram excedentes. Diante da situação, as

famílias decidiram sair da Fazenda Aruega e irem a busca de outra terra já negociada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com expectativa de serem assentadas. Ao chegarem no local, as famílias ficaram surpresas ao perceberem que a terra não tinha mínimas condições de atender às necessidades das famílias, pois seu potencial agrícola era insuficiente.. As famílias retornaram para as margens da BR 116 A decisão era unânime: continuar lutando pela terra e assim acamparam às margens próximo à pequena cidade de Marambaia, onde permaneceram acampadas por mais de dois anos. Cansados de esperar por soluções governamentais decidiram ocupar outra área e na manhã do dia 1º de junho de 1993, as famílias ocuparam a Fazenda Califórnia no município de Tumiritinga, onde permaneceram acampadas por três anos. Em 1996, as famílias legitimaram a posse da terra. É importante ressaltar que durante este período foi realizado trabalho de alfabetização, mas muitas vezes não se cumpria uma carga horária adequada devido às condições do espaço e de alimento.

A motivação em pesquisar este assentamento vem do fato da autora fazer parte deste contexto, ser assentada e trabalha na escola do assentamento. Assim, entendo que este tema se insere no contexto do debate da Educação do campo e considero importante compreender, analisar e sistematizar o Processo Histórico e Pedagógico ocorrido no Assentamento Primeiro de Junho. Percebo que sistematizar as vivências, o processo de luta e conquista pode contribuir no fortalecimento de argumentos na perspectiva da Educação do campo numa vez a Educação do Campo é uma possibilidade de contribuir com o conhecimento e reconhecimento do campo junto aos sujeitos do campo. Posso dizer que tive a oportunidade e motivação para estudar após sentir as necessidades colocadas pelo próprio assentamento, me lembro que fazer atas de reuniões da associação era uma dificuldade a qual hoje já esta superada. Até mesmo o estudo como direito de igualdade o conhecimento , político e até mesmo ideológico, só foi possível após ser Sem Terra, o desejo de estudar não se encontra com as possibilidades, eu tinha apenas a segunda série, meu pai nunca aceitava a idéia de sair de casa para ir estudar na cidade. Passei a minha infância sem exercer o direito de estudar, num campo já descrito em literaturas e vivenciado por muito. Retomando no final do ano de dois mil e quatro fiz o teste de suplência em uma Escola Estadual e passei, mas só dei continuidade aos estudos após quase

três anos, neste período tive meu terceiro filho, meu companheiro envolvido com a militância, fiz um breve intervalo e no ano de noventa e nove tive o prazer de fazer parte sétima turma de magistério no Instituto Josué de Castro ITERRA, em Veranópolis (RS), Tuma esta que teve o nome 'Herdeiros de Zumbi', foi um desafio conciliar família, trabalho, militância, mas os aprendizados marcaram a minha vida. Neste período eu trabalhava na escola nos serviços gerais, mas eu participava das reuniões de interesse da escola da comunidade das atividades programada pela escola, participava das atividades regional e estadual do Movimento Sem Terra. Trabalhei com Alfabetização de Jovens e Adultos. Em dois mil e cinco ingressei na primeira turma Licenciatura Em Educação do Campo, na Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Em dois mil e seis assumo a sala de aula anos iniciais, e continuo atuando, buscando relacionar a teoria com a prática. Todas os aprendizados me faz sentir cada vez mais comprometido com uma educação voltada para formação humana comprometida com respeito e o fortalecimento da identidade do povo do campo. Agora estou concluindo o curso de especialização em Educação do Campo e mesmo não sendo uma questão da pesquisa quero reconhecer a importância do PRONERA Como uma das possibilidades de educação do campo . .

Nesta busca do saber e no desejo de fazer surge alegrias, motivações, inquietações. Dentre as minhas inquietações, quero saber se as práticas pedagógicas e as vivências do assentamento podem ser compreendidas ou potencializadas com debate da educação do campo e, também, se a comunidade reconhece uma prática de educação diferenciada.

2. DIÁLOGO LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO ATUAL

A luta pela terra e por Reforma Agrária ao longo de cinco séculos tem sido marcada por lutas e resistência que se intensificou nos últimos anos.(MEDEIROS 2003), registra estas marcas com muita propriedade. Ela argumenta que Reforma Agrária historicamente desde o período colonial até os dias atuais era de interesse dos dominadores. Logo, compreender como esse processo se desenvolveu ao longo do tempo faz-se necessária para entender o momento atual. A luta pela terra e por Reforma Agrária ao longo de cinco séculos tem sido marcada por lutas e resistência que se intensificou nos últimos anos. Quer dizer a estrutura esta na base histórica de nossa sociedade, falo isso com base na minha trajetória luta. A terra é uma condição para que nos construimos como sujeito ter uma casa é ter identidade, localidade, endereço ,ela possibilita trabalho alimento mas a pressão vem nas ações daqueles que quer continuar dominando. Há literaturas que dizem que o campesinato brasileiro se desenvolveu no interior de uma sociedade que fazia parte do capitalismo europeu .O conceito de camponês se relaciona a realidade vivida na idade média .Isso se faz necessário para compreender como este modelo é bem estruturado quanto sociedade dominante.

Segundo MEDEIROS,2003,PÁG03, desde meados do século XXI o tema da Reforma Agrária tem mostrado uma extraordinária força política. Ao longo dos anos, alguns argumentos em sua defesa foram abandonados, porém novos surgiram. Acrescenta se ainda: para entender a atualidade e a vitalidade deste debate é necessário debruçar sobre a singularidade do processo histórico brasileiro a forma como se deu a modernização da agricultura, a natureza e processo de urbanização, a peculiaridade da formação dos diferentes segmentos de trabalhadores brasileiros as migrações as desestruturação de formas de vida ao longo do tempo as peculiaridades sociais e políticas daqueles que são proprietários das terras. A lei de terras de 1850 regulamentou a situação de posse e propriedade das terras após o vazio legal que se seguiu à extinção do regime de sesmarias, depois da independência do Brasil em 1822. Lei esta que é de notório saber que ela veio beneficiar os fazendeiros e comerciantes da época. Após mais de cem anos em 1964, oito

meses depois do golpe, os militares criam o estatuto da terra e a legislação complementar que imediatamente a ele se sucedeu classificaram os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de promover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre um a seiscentos módulos, caracterizados pela exploração em níveis inferior à média regional); latifúndio por extinção (com área superior a seiscentos módulos, independente do tipo e das características da produção nela desenvolvida) e empresas (imóveis entre um e seiscentos módulos, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e de racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais, o cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos recursos naturais).(MEDEIROS,2003P-PAG,23)

.O objetivo da Reforma Agrária era a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados como fontes de tensão social no campo. A empresa, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de imóvel. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria desapropriação, tributação progressiva e medida de apoio técnico e econômico à produção.(MEDEIROS 2003-Pág 23)

A mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional dizia que era mais do que lei de Reforma Agrária, seria uma lei de desenvolvimento rural

No que diz respeito a produção de subsistências das famílias assentadas são desafios de diferentes ordens, condições da terra para a agricultura falta de recursos e outros fatores que vai desde climático ao econômico.

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, desde o período das ligas camponesas começam a consolidar as lutas e conquistas e com o surgimento da agricultura familiar abre o debate sobre a economia popular solidaria como forma alternativa de organizar a produção e comercialização das famílias dos pequenos agricultores. Segundo MEDEIROS 2003). no contexto atual a Reforma Agrária associa ao debate sobre a soberania alimentar, colocando em pauta a preservação dos produtos e hábitos alimentares

como componentes da cultura de diferentes povos.

Segundo Stedile, Estadão 20 de janeiro de 2014, os defensores da R.A no governo da presidente Dilma Rouseff, que estaria privilegiando cada vez mais o agronegócio. Na avaliação dele, é uma política errada, uma vez que agronegócio promove concentração de terras e dá lucro para alguns, mas condena milhões à pobreza.

Partindo do contexto o qual estamos inseridos e sentindo na própria pele certo retrocesso da luta e mobilizações no campo, reconhecemos o MST, como mobilizador de lutas que contrapõe o projeto esmagador o agronegócio.

O latifúndio poderia converter em empresa e medida de apoio técnico e econômico a produção. Veja bem hoje tem o agronegócio com grandes monoculturas, grandes aparatos técnicos e tecnológicos e quando há silêncio da agricultura familiar falta de apoio econômico e técnico e até mesmo incentivo. O debate da Economia Popular Solidária como possibilidade para organizar a produção e comercialização das famílias dos pequenos agricultores. Hoje o agronegócio avança fortemente e parece invencível, com monocultura e alta tecnologia com seu pacote tecnológico e (inovador).

Há uma ideia que a renda no campo aumentou, a crescimento de classe média no campo. Não consigo perceber até que ponto isso seja um aspecto positivo para o campo que queremos construir.

Não esta colocada como prioridade, assentar famílias. Fala-se em estruturar os assentamentos, só discurso, mas na prática está em ritmo lento, ou parado se comparar com a velocidade do agronegócio, as políticas estão globalizadas. Não se define políticas específicas para o campo, ou melhor, a Reforma Agrária. Vejam o que diz a Direção Nacional do MST.

O primeiro semestre de 2013 foi marcado por um conjunto de lutas em todos os estados, onde o MST está organizado. De 05 a 08 de março teve início a mobilização tendo as mulheres como principais protagonistas da luta pela Reforma Agrária e contra o agronegócio.

Em seguida a organização do Acampamento Nacional Hugo Chaves em Brasília que combinou mobilização, formação e negociação.

As lutas de abril na semana de 15 a 20 para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás que transformou o dia 17 de abril dia Nacional de luta pela R.A. Onde houve o trancamento de 60 rodovias, além de ocupações de latifúndio e órgãos públicos, com o objetivo de cobrar a R.A, denunciar o poder judiciário, um dos entraves da R.A e responsável pela impunidade dos assassinos de trabalhadores rurais.

Cobramos do governo o assentamento dos mais de 150 mil famílias acampadas, sendo 90 mil do MST. Além de cobrar um plano de assentamento em cada Estado, cobramos uma solução para a questão das dívidas dos assentados cuja inadimplência chega a 80%, a sugestão de um novo crédito para R.A. A implementação da conquista do programa de agroindústria lançado pela presidenta Dilma.

Uma conquista importante foi o programa de habitação que aumentou de 15 mil para 28.500, deixando de ser operado pelo INCRA e passando a Caixa Econômica Federal, além das demandas de educação, saúde e assistência técnica.

Quanto ao programa de habitação colocado como uma conquista importante, realmente, é, mas o acesso é de uma tamanha burocracia que gera um desgaste por exemplo o assentamento 1º de Junho, após vinte um anos ainda não conseguiu, já faz um ano que uma equipe técnica vem acompanhando o projeto a expectativa que agora em 2014 consiga concluir a parte burocrática e em seguida aparte prática a construção das casas.

A análise que o MST vem fazendo é de que a reforma agrária clássica não tem mais espaço no modelo atual. Neste sentido apresenta a reforma agrária popular como alternativa para enfrentar o agronegócio e recolocar a reforma agrária como alternativa, mas isso não ia alterar a prática do MST (CAD 5ºp55).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO 1º DE JUNHO

Há 25 anos, cerca de 400 famílias provenientes de 11 municípios dos Vales Mucuri e do Vale do Rio Doce ocuparam o primeiro latifúndio improdutivo, a Fazenda Aruega no município de Novo Cruzeiro e em 12 de fevereiro de 1988 a bandeira vermelha tremula em um latifúndio improdutivo. Onde se intensificaram as lutas e vivências coletivas, muitos aprendizados, solidariedade, companheirismo e outros aprendizados que as vezes não é possível descrever, pois está no sentimento, digo isso porque vivenciei esse período com muita intensidade, expectativas e de confiança na coletividade,

O assentamento 1º de Junho é uma continuidade da luta do MST em MG. As famílias que, na manhã do dia 1º de Junho 1993, ocuparam a Fazenda Califórnia no município de Tumiritinga estavam vivenciando mais uma experiência de ocupação da terra. Descrever todos os aprendizados construídos coletivamente é gratificante. São saberes culturais, individuais empíricos que se somam e fortalece o suficiente para superar longos períodos de luta; períodos esse que marcam uma trajetória de 1988 a 1993. Não podemos enumerar aqui os desafios enfrentados para demarcar esse espaço e criar uma identidade de luta. A pergunta que não quer calar é que interação esse movimento é capaz de forjar nas pessoas uma identidade coletiva que supera desafios, que acredita, movem sonhos e buscam superação?

Penso que a organização é necessária para que os acampados possam suportar os momentos tensos, internos e externos. Considero isto tão relevante que penso este é um processo que jamais pode ser esquecido ou abandonado. Recordar nos ajuda repensar considerando as características de cada tempo, tempo este que exige uma estratégia de luta, mas jamais desaprender. Nesse contexto a pedagogia da terra, a pedagogia do movimento sem terra é muito forte, é mística, é uma formação humana constante. Isto é a dinâmica de um movimento que está em movimento. Veja o que diz Caldart

"Olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere. a preocupação em compreender mais

profundamente como acontecem os processos de formação humana, e tentativa de identificar em cada circunstância histórica quem são os principais personagens da cena pedagógica, quem são afinal, os sujeitos educativos, tem sido das constantes na história da educação e das teorias pedagógicas" (ROSELI CALDART, 2000 Vozes pedagogia do Movimento Sem Terra, pág.200)

Toda a pedagogia necessária para que um acampamento tenha resistência vem dos aprendizados construídos e vivenciados coletivamente. O trabalho em equipe, o funcionamento de comissões, deram suporte e organicidade ao acampamento e até certo ponto ao assentamento, digo até certo ponto, porque hoje não existe mais as equipes e comissões como suporte para a organização do assentamento, as quais fazem muita falta para com a organização do assentamento. Quando era acampamento era tudo muito organizado existiam os coletivos e eles funcionavam. Por exemplo, a comissão de saúde pensava a saúde preventiva algo que é novo até mesmo para SUS, eram os cuidados com a higiene local, cuidado com as fontes de água ETC. Equipe de alimentação tinha a função de arrecadar e distribuir alimentação de, esporte e lazer organizava jogos de futebol, cuidados e embelezamento do campo de futebol; a equipe de liturgia trabalhava a religiosidade por meio da catequese das crianças etc. A organização do trabalho produtivo que inicialmente se chamava d grupo de resistência as famílias trabalham juntos produzindo arroz, feijão, milho, hortaliças e outros. O coletivo de educação pensava e organizava o trabalho pedagógico. Em segui, as famílias sentiram necessidade de criar uma Associação e criaram a ASCA (Associação de Cooperação Agrícola 1º de Junho). A mesma representava todas as famílias acampadas e seu objetivo era receber recursos para utilizar na formação com as família no aspecto produtivo, preservação ambiental, evitar e combater queimadas.

Em 1996, as famílias foram homologadas e assentadas, o INCRA foi até o assentamento pegar assinatura das famílias legitimando-as como dona dos lotes.

Em 1997, criou-se a Cooperativa de produção Agropecuária Novo Horizonte COOPERNOVA com o objetivo de organizar a produção, mas no dia a dia estava envolvida com Todas as famílias cooperadas que participativa das atividades produtivas e organizativa da cooperativa, era na verdade uma verdadeira escola de vida. A organicidade

tinha poder de intervir, propor e realizar tarefas pratica e políticas. A Cooperativa. Era uma forte referencia para o assentamento e principalmente para as famílias que eram cooperadas por ter em seu pilar de sustentação a organização o trabalho.

Penso que todo aprendizado foi necessário para somar forças e chegar às conquistas. As relações humanas e a cooperação vivenciada são referências. Neste sentido, cito ARROYO que discute com muita propriedade as pedagogias e aprendizados que se constrói na luta cotidiana de um movimento social. Que rompe com um sistema de destrói para a construção do sujeito.

Este é um dos campos em que revelam mais tensas as pedagogias de subversão material de seu viver, do desraizamento e da deterioração; a que são condenados os trabalhadores e coletivos populares e as pedagogias das lutas por territórios, trabalho, terra, espaço até pela escola. Os movimentos sociais são coincidentes em nos mostrar que a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, segurança. porque as teorias pedagógicas se afastaram dessa base material em que nos humanizamos ou desumanizamos (ARROYO OUTROS SUJEITOS OUTRAS PEDAGOGIAS PAG.80).

Como já citei brevemente, a cooperativa, dava sustentabilidade à vivência coletiva mais sistematizada e as famílias, que optaram pelo trabalho coletivo, vivenciaram momentos de aprendizados que as marcarão para sempre, uma vez que são processos sentidos, vivenciados coletivamente, carregados de sentimentos que acompanham toda um vida de lutas e experiências, partilhas que acompanharam as famílias desde o fazer do barraco de lona, divisão dos alimentos, etc. Os primeiros grupos de trabalho iniciaram na fazenda Aruega. Toda a referência histórica de luta das famílias do Assentamento primeiro de Junho se articula com as experiências vivenciadas desde o inicio da luta pela terra em Minas Gerais.

Professor: Então pra retomar essa história do coletivo, a grande experiência nossa no MST Minas Gerais, começou no Aruega com os chamado grupo do dez. Nos tínhamos dez grupos chamados grupos de resistência, nós denominamos grupo de resistência, como era muitas famílias, na época quase cerca de duzentas famílias. Então a gente dividiu que deu mais de quinze famílias por grupo, a gente dividiu e cada grupo, alocou um a um o local da área pra desbravar, mata ali inclusive e tal, e ali começou a produzir. Produzir hortaliça, produzir feijão, milho, e foi uma experiência bacana. Os primeiros dois anos muita produção, muita empolgação também né? E assim produziu a beça, apesar que era tudo manual. Não tinha trator não tinha nada. A própria área não fornecia condições pra isso. Além de

ser, assim, muito inclinada, declive né, e, mito toco, muito mato mesmo né? Era. Até hoje o Aruega é uma área de matas. Então foi a primeira experiência nossa, do coletivo. E daí na verdade com a saída da maioria das famílias, constituiu um grupo com organização mais avançada, chamamos de grupo coletivo. Ai já não era mais vários grupos. Foi um grupo só, com divisão do trabalho né? Ai essa divisão se dava dentro do grupo. Um grupo só com várias divisões. Então você fica responsável de cuidar disso, você fica responsável de cuidar daquilo, o outro daquilo outro (DISERTAÇÃO CONDE2011PAG.57

3.1 Momento atual no contexto organizativo

Para que o momento atual do Assentamento Primeiro de Junho fique bem compreendido quanto as instancias ou coordenações preciso citar brevemente; as instâncias que já foram referencia; Associação de Cooperação Agrícola Primeiro de Junho, (ASCA) a qual foi a primeira associação criada no assentamento, A cooperativa e em seguida a Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia((APIFIC) Grupo de mulheres e a Escola, No momento atual estas instancias , se encontram limitadas, escola está sendo o espaço de referencia para a comunidade, Neste contexto se percebe o quanto a escola cumpre um papel significativo, ela não trás as marcas de algo que não deu certo pelo contrário tem aspectos que marca vida do povo sem terra neste sentido a Educação cumpre um papel fundamental forjar novos sujeitos.

4. A ESCOLA E O ASSENTAMENTO

A luta pela escola é uma marca desse período, toda a trajetória de luta pela terra foi acompanhada de luta pela escola, tanto no aspecto político quanto o fazer da sala de aula. As salas de aula foram improvisados pelos acampados funcionando em um curral e um barracão de lona preta com iluminação do lampião a gás. Entretanto, o interesse e a disposição que os tinham para aprender ajudavam a vencer as dificuldades com satisfação e alegria não se medindo esforços.

A luta pela legalização de 1ª a 4ª série ocorria paralela às aulas e várias audiências com o Prefeito Municipal, com o governador do Estado e a superintendência de Educação foram realizadas, mas sem sucesso, uma vez que o interesse nosso objetivo era a criação de uma escola estadual.

Depois de muita negociação, em 31 de março de 1994, saiu a autorização de funcionamento da escola. Para que o trabalho anterior fosse reconhecido foi aplicado teste de suplência para os alunos e quatro turmas foram organizadas de 1ª a 4ª série. Os educadores vieram da cidade para assumir o trabalho em sala de aula, porque os nossos educadores não eram qualificados conforme a exigência da Secretaria Estadual de Educação.

Em nossa avaliação, podemos dizer que naquele período parecia que pessoas tinham mais disposição e boa vontade para contribuir com o processo. Os Atualmente, temos melhores estruturas físicas tendo sido construído um bonito prédio e a comunidade tem mais recursos financeiros. Entretanto, as dificuldades são de outra ordem. Por exemplo, percebemos a falta uma política de interação escola e comunidade.

Ainda que tenha conseguido a autorização de funcionamento, o trabalho com o EJA continuou voluntário até a conquista do PRONERA em 2000/2003 continuando em 2004 com mais um projeto para atender às demandas de 5ª a 8ª série para adultos.

Penso que quando nos propomos a construir uma escola, temos que ter a dimensão de quanto ela é importante, mas atualmente está muito mais claro quais são as tarefas e o

papel que a educação pode exercer nesta demanda de um projeto para o campo.

Os sujeitos da Educação do Campo, aqui mencionados, são sujeitos coletivos que, inicialmente, se organizaram para ocupar o primeiro latifúndio improdutivo em Minas Gerais Aruega 1988. A luta por escola começou junto com a luta pela terra, A primeira experiência se deu na Fazenda Aruega. Com trabalho voluntário até a legalização ocorrida em 1991.

Em 1993, as famílias excedentes ocuparam a Fazenda Califórnia hoje atual assentamento 1º de Junho. No mesmo ano iniciou o trabalho com a educação, envolvendo jovens adultos e criança, os educadores que eram do próprio acampamento. Em 1995, conseguiu a legalização da escola e os educadores não puderam continuar por não terem a formação exigida.

O ano de 1993 ficou como um marco importante na luta do MST, no município de Tumiritinga, por ter sido a primeira ocupação do movimento no vale do Rio Doce. a partir daí, a luta pela terra no Município se intensificou. Ocorrem mais três ocupações, que resultaram até o momento atual, em quatro Assentamentos. O Primeiro de Junho, Cachoeirinha, Terra Prometida, Água da Prata. Um Acampamento, o Boa Esperança. O Cachoeirinha e Água da Prata não são coordenados pelo MST, mas são todos no conjunto, uma importante conquista da luta pela Reforma Agrária no Município, somando aproximadamente 1400 pessoas. Diante desse contexto pode se dizer que os sujeitos, estão envolvidos em uma luta coletiva por melhores condições de vida e principalmente por uma educação do Campo que venha de encontro com os seus sonhos e seus modo de vida como camponeses simples mas grandiosos no duelo permanente da luta por sociedade melhor, mais justa, mais fraterna e com mais dignidade para todos.

Podemos considera que em relação à educação do campo, o município de Tumiritinga apresentam alguns aspectos favoráveis tais como X e também grandes desafios, pois grande parte da população que vive no campo são famílias dos assentamentos e acampamentos, pequenos proprietários ou agregados. Quanto à organização escolar, o acesso à escola ocorre via transporte escolar que leva os alunos para a cidade, até mesmo

dos anos iniciais, pois só uma escola dos anos iniciais a que atende em média 16 alunos em uma única turma. Os anos finais do ensino fundamental e médio atendidos na escola da cidade. A escola que foi construída atende os anos iniciais e EJA ensino fundamental.

O avanço nas conquistas da educação do campo neste município se faz necessária tendo em vista o fortalecimento das conquistas do povo do campo e da identidade em vista o que projetamos e sonhamos construir, um campo que possa ser território camponês,

4.1 Elementos pedagógicos: práticas de educação do campo e o PPP

Compreender que a educação pode impulsionar as concepções de relação com o campo e seus sujeitos é de fundamental importância para que as práticas possam trazer marcas da intenção pedagógicas.

As aqui apresentada, são de relevância para a escola, pois através delas que a escola dialoga com a realidade e as vivências do campo.

As práticas pedagógicas desenvolvidas no Assentamento Primeiro de Junho acontecem dentro e fora da escola. No âmbito escolar podemos citar o trabalho em mutirão como limpeza e zelo do jardim, a aula de campo, com visitas em área de preservação, nascentes, visita a viveiros de mudas. Atividades recreativa na semana da criança com resgate de brinquedos e brincadeiras, cantigas de roda etc. e mística todas as segundas feiras para motivar a semana de estudo; feiras de ciências, linguagens, buscando valorizar a linguagem e a cultura, Dia da Consciência Negra, com atividade de estudos, pesquisas, musicas, dança de capoeira e outras. Fora do contexto escolar acontece o aniversario do Assentamento, festas juninas, dia das mães, dia dos pais e carnaval. Quero aqui reconhecer um dos eventos que marca e unifica a comunidade nos últimos anos 'o dia das mães.' o assentamento fica em movimento homens, crianças e jovens se juntam e preparam homenagens, o jantar em fim, toda a festa de forma encantadora, tudo é preparado com carinho e absoluto segredo.

Os conteúdos são trabalhados utilizando temas geradores como, o Calendário Histórico da

luta dos trabalhadores, a história da luta pela terra. Também são desenvolvidos projetos como meio ambiente, saúde, qualidade de vida. Conteúdos contextualizados, Encontros de Educadores e Sem Terrinha. Os cursos são organizados em ciclos de Educação Infantil e anos iniciais e a Educação de Jovens e adultos em períodos. Os materiais utilizados são livros didáticos e alguns materiais produzidos no coletivo da escola e no MST.

As avaliações têm a função diagnóstica e formadora identificando os sucessos e as dificuldades para reorientar o planejamento.

A avaliação leva em conta aspectos qualitativos da aprendizagem contínua, cumulativa com registro do processo de aprendizagem.

Para a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP houve a participação das instâncias da comunidade. Na época que se discutia o PPP ainda existia a cooperativa, o que facilitou o processo de debate. Consideramos que ainda precisa melhorar o PPP, pois já tem alguns aspectos que estão superados. Por exemplo, o trabalho coletivo que era uma referência para as famílias que tinha uma auto-organização deixou de existir. Em minha percepção, penso que talvez as famílias não deram conta de compreender o quanto isso marcou a vida da juventude das crianças e de todos que construíram juntos os ideais de coletividade. Isso pode ser considerado um retrocesso na luta e na organicidade do assentamento e os reflexos dessa situação marcam profundamente a vida da escola. O grande desafio em colocar na prática o nosso projeto, de educação esta em ser sujeitos individuais só vamos consolidar metas coletivas se formos sujeitos coletivos, para dar conta de pensar a educação na sua totalidade e complexidade, tendo em vista nossos ideais se volt a pensar coletivamente,

Quanto à Política de Educação do Campo no Município de Tumiritinga, pode dizer que são mínimas, pois em 1998 foram fechadas todas as escolas rurais e as estaduais foram municipalizadas sendo que apenas as turmas de educação infantil e anos iniciais e a Escola Estadual 1º de Junho e não foram municipalizadas porque a comunidade se mobilizou e não aceitou a municipalização. Reflexo disso foi a política do transporte escolar e todos os professores excedentes. O transporte escolar ainda é um desafio quanto à segurança das

crianças, principalmente, as da educação infantil. O transporte não possui as condições necessárias à faixa etária dos alunos, mas há uma permissão por parte de algumas famílias e também do poder municipal para que isso aconteça na medida que deixa a escola no assentamento ou acampamento.

4.2 Direitos relativos às políticas públicas da educação do campo

Desde o início do MST, a educação se configura como uma demanda fundamental à garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais. Inicialmente, com a luta pela terra, foram construídos os coletivos locais, estaduais e nacionais e a criação do PRONERA.

Entretanto, como defender a educação dos camponeses sem confrontar a lógica da agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física?

A gestão desde o início da criação da escola buscou envolver a comunidade na luta e nas conquistas da escola.

A primeira ocupação de terra em Minas Gerais no município de Novo Cruzeiro em 1988, marca a luta pela terra e ao mesmo tempo marca significativamente a luta pela escola a qual realiza sonhos de pai e filhos da condição de sem terra, sem escola, passando para condição de Sem Terra com terra escola identidade. Uma conquista com luta e trabalho voluntário das próprias famílias e legalização da Escola em 1991, com a formação dos coletivos de educação do MST.

Em 1993, em Tumiritinga, com a ocupação da Fazenda Califórnia, atualmente, Assentamento 1º de Junho, a luta pela escola se deu no mesmo contexto de luta construção da escola em mutirão, onde as famílias reformaram e transformaram um Curral existente na fazenda em uma sala de aula. No segundo momento, quando pensou em organizar a moradia em forma de agrovila, as famílias se deslocaram e mais uma vez enfrentaram o desafio de construir um novo espaço para o funcionamento da escola e mais uma vez somaram forças e reformam um galpão dando continuidade à construção da escola. Com o desafio de Alfabetizar, jovens, adultos, crianças, ampliamos o debate da necessidade da

escola na construção de identidade de pertencimento e também como direitos

O município de Tumiritinga no que diz respeito a Educação do Campo tem aspectos favoráveis e grandes desafios, pois grande parte da população vive no campo sendo famílias assentamentos e acampamentos pequenos proprietários ou agregados. Quanto a organização escolar, o acesso a escola se dá através do transporte escolar que traz os alunos

4.3 Processos históricos e pedagógicos na voz dos sujeitos

Dar voz os sujeitos é extremamente necessário para compreender os processos vivenciados por eles e quis são relevantes para a comunidade. Estas pessoas tem um envolvimento, são sujeitos ativos atuantes que fazem presente no cotidiano do assentamento. Hoje já são mães, militantes, estudantes, e diretora da escola que vivenciaram a luta pela terra e por escola. Estes sujeitos de certa forma se envolve com as demandas organizativas da comunidade, seja festas comemorativas, religiosas, reuniões pedagógicas da escola, questões relacionadas a produção lazer e outras, até de forma informal são formadoras de opiniões.

4.4 Amostra da pesquisa

Apresento resumidamente os sujeitos da pesquisa os quais vivenciaram todos os momentos de luta. Entre elas há uma variação de idade entre vinte e cinco e cinquenta e cinco. Pode se caracterizar como mães, militante e diretora de escola. Todas vivenciaram a luta, sendo que pelo menos duas viveram suas infância juventude toda na luta. Isso pode ser determinante na formação da identidade. São ex-aluna da escola Estadual Primeiro de Junho atualmente são mães de alunos da escola, uma delas formada em Magistério Infantil, uma e estudante do curso de Educação do Campo. uma outra entrevista tem grande vínculo com a produção agrícola e lida com a terra em geral e é uma referencia quanto ao trabalho e laços de amizade na comunidade, A diretora com vínculo mais direto com a escola.

4.5 Análise das entrevistas

No decorrer do processo de análise das entrevistas, identificamos três categorias distintas. A primeira delas refere-se ao processo pedagógico enquanto referência na construção de práticas da escola que são uma referência para a luta. A segunda categoria percebida foi a escola e a importância da participação dos sujeitos e das famílias. Já a terceira categoria foi construída a partir de elementos que surgiram nas falas dos sujeitos e se revelaram como outros desafios relevantes neste processo da construção da educação do campo.

4.6 Processo pedagógico no Assentamento Primeiro de Junho enquanto referência da luta pela terra construção de práticas da escola .

O Processo pedagógico vivenciado na luta pela terra é uma referência porque ela surge num campo de lutas concretas que deram sustentação a uma luta histórica que coloca desafios os quais tem que ser superado. Por mais que se possa imaginar, só e possível sistematizar ao ouvir quem viveu passo a passo, ela ocupa uma dimensão na nossa vida ao ponto de nunca ser algo passageiro a referência do dia adia, das novas conquistas, tudo se dialoga com a luta veenciada.

A relação da Escola com os sujeitos é bom mais deveria ser melhor, por ser uma escola do campo deveria ser um ambiente feliz, onde crianças teriam que valorizar e cuidar do ambiente que a rodeia, nesta escola crescesse cidades críticos e objetivos. (Entrevistada Lúcia)

Percebemos na fala da entrevistada grande recorrência à temática da prática da escola como luta, o ambiente feliz seria uma forma de se pensar o espaço pedagógico para além de um ambiente alfabetizador, mas que seja organizado, motivador alegre que motive a construção do conhecimento. Tal referência é reafirmada no trecho abaixo.

A escola deveria cobrar mais, a participação das crianças nas místicas para que elas possam valorizar mais sua cultura, pois ela vem se perdendo cada dia um pouco, também deveria encontrar forma de acompanhar mais de perto o desempenho de seus alunos e que seja cobrados cada atos inadequados dentro do ambiente escolar, só assim ensinando a valorizar o que tem que irá crescer no futuro homens e mulheres capazes de dar continuidade a escola do campo,

valorizando cada dia mais a terra. (Entrevistada Lúcia)

Aqui notamos que essa participação do ambiente pedagógico agrega características da vivenciada na luta do assentamento, sendo exemplificada pela mística como forma de preservação e construção de valores e identidades. Essa reafirmação de identidades também é recorrente na fala da entrevistada Medeiros, que ilustra essa relação com a fala da Roseli Caldart que coloca a proximidade na relação escola e sujeitos.

A escola do assentamento tem que estar de mãos dadas com a comunidade como dizia Roseli Caldart igual namorados, pois na escola que queremos o assentamento todo tem que participar dela e o professor precisa conhecer profundamente a realidade, os problemas da produção, da organização, da formação e o tipo de educação que as crianças recebem em casa. este conhecimento o professor só vai ter se ele participar ativamente das reuniões , festas, celebrações do assentamento. (Entrevistada Medeiros)

Neste trecho percebemos que os aspectos pedagógicos retratados por Medeiros consideram a escola enquanto elemento integrador da produção, organização e contexto do assentamento. Percebemos que isto pode ser ilustrado pela fala da autora que diz que a escola deve considerar os problemas da produção e organização do ambiente de assentamento, mostrando assim a importância de se trazer para a prática cotidiana da escola os aspectos educacionais. Essa prática cotidiana carrega a dinâmica da luta, como bem apontado pela entrevistada abaixo.

Na história da educação aqui no 1º de Junho a comunidade participava mais na época do acampamento e quando existia a cooperativa. Os problemas da comunidade influenciaram com força dentro da escola e hoje se tornou um grande desafio trazer a comunidade para dentro da escola, espalhar e multiplicar os conhecimentos produzidos na escola para o conjunto do assentamento sempre ligando a teoria com a prática. (Entrevistada Medeiros)

Percebemos que Medeiros mostra uma variação neste processo de luta. No momento em que havia uma luta mais intensa pela terra, acontecia também esse reflexo na escola. Já após a conquista pela terra essa influência era notada dentro das práticas pedagógicas. A entrevistada mostra este aspecto como um desafio de se superar a distância participativa entre escola e comunidade nos diferentes momentos de luta.

4.6.1 Escola e participação dos sujeitos

Percebemos a grande relação das famílias com as práticas pedagógicas da Escola Assentamento. Isso aparece como uma articulação com a luta, mas também com ganha proporções tão grandes que vem como uma nova categoria.

Como a escola é dentro do assentamento ela tem que ser mais aberta para além de aluno, pai de alunos, promover atividades de estudo formação só assinar boletim é comum. Estamos próximos morando perto o que estamos fazendo para os nossos filhos ser diferente? As práticas da escola tem que envolver as famílias assentadas. (Entrevistada Marlene)

A entrevistada Marlene nos exemplifica a relação da escola com a família a partir do envolvimento das práticas pedagógicas com as famílias assentadas. Esse movimento deve ser estimulado uma vez que as escolas e as famílias ainda precisam superar o distanciamento. Essa interação necessita ocorrer de maneira efetiva, uma vez que não basta os pais apenas irem até a escola nas reuniões e datas comemorativas e não participar da dinâmica das atividades. É necessário que a dinâmica pedagógica dê um significado educativo à presença dos pais, podendo inclusive esse envolvimento servir como um possível instrumento de solução de problemas das famílias.

O pai participando da vida escolar ele consegue acompanhar se não. O que mais envolve as famílias hoje de forma até perturbadora por exemplo: as drogas, as vezes estamos deixando os filho terem mais contato com estas pessoas, do que esta em uma reunião, uma conversa por exemplo: organização de grupos de artesanatos, pinturas ex. uma coisa que envolva mais processos educativos só a escola não da conta. Às vezes a mãe e o pai vai em uma reunião chega em casa nem fala o que passou o que discutiu. (Entrevistada Marlene)

A entrevistada Marlene nos apresenta uma exemplificação de quais práticas são possíveis nesta relação de escola e comunidade. Nota-se que para a entrevistada esse diálogo tem dificuldade uma vez que as famílias têm medo de propor algo que se distancie das escolas.

A escola tem dificuldade de propor diálogo, mas as famílias tem a dificuldade de entender e discutir o que se propõe também. Por exemplo: a Escola Estadual Luiz de Camões chama para conversar como agente deve dar puxão de orelha, mas na hora de propor algo a escola tem medo até no sentido disciplinar, mas as

famílias também tem medo de propor. (Entrevistada Marlene)

Essa dificuldade é apontada pelos entrevistados como uma necessidade de se superar as dificuldades e o distanciamento existente entre as escolas e o assentamento.

4.6.2 Outros desafios a serem superados

Para discutir os desafios a serem superados é preciso que se faça perguntas as quais não serão possíveis encontrar respostas imediatas principalmente se ter se sensibilidade para fazer perguntas coletiva, (Xavier 2006pág237) provoca a reflexão propondo algumas perguntas essenciais para este tema, Existem especificidades na educação campo Qual a relação da Educação do Campo com os movimentos sociais? Quais os desafios a serem enfrentados na implementação da educação do campo? Qual a relação entre educação do campo e educação popular (Dicionário Educação do Campo pag: 237. Aqui fica claro a necessidade de pensar a Educação do Campo para além da realidade,mas a partir da realidade para que de fato possa se pensar em algo mais reflexivo, sentindo quem são de fato estes sujeitos, o que os movem, perceber as forças que fazem somar ideais e as que evidenciam ,distanciamento e conquistas do povo na medida do grau de envolvimento.

Como primeiro desafio percebemos o elemento da ausência da participação com a família. Destacamos essa ausência neste item em separado pois a entrevistada relaciona essa ausência à necessidade de se preservar os valores que integram o assentamento e as práticas da escola.

Por ser uma escola do assentamento agente vê muita falta, mesmo que tem a ver também com os pais. Por ser uma escola o campo poderia ser diferente. As crianças estão diferente do meu tempo não valorizam a mística, a terra, não preservam o que são deles. Não sei o que agente pode fazer para preservar. Ele não tem vergonha de estragar cadeira, jogar bomba depredar em geral, posto, sede, às crianças poderiam dar mais valor. Retomar as equipes os valores vão se perdendo uma escola do campo é uma conquista nossa. Os pais só são chamados quando é de interesse da escola. quanto a didática não tenho a reclamar

mas a organização do espaço sim. Poderia ser melhor. (Entrevistada Lúcia)

A entrevistada Lúcia chama atenção para um aspecto que meche profundamente com a identidade sem terra, a mística e a terra, os quais devem ser valores estimulados pelas famílias e pela escola, mas aqui me parece ter uma intenção que fique com a escola e ela questiona também o zelo pelo patrimônio conquistado e no final a fala é pertinente quanto a importância do trabalho coletivo retomando também os valores; .

A relação escola e assentamento é regular, pois a escola está aberta para o assentamento, esta escola vem para alunos que ainda queira estudar ensino adequado para adultos através do EJA. Mas nem sempre a comunidade valoriza o que tem, as vezes a escola promove palestras e reuniões são pouquíssimas as participações da comunidade. Penso que relação da escola e assentamento poderia ser melhor se ambos valorizassem mais uns aos outros. (Entrevistada Lúcia)

Aqui a fala é interessante em aspectos fundamentais o valor da escola quanto espaço coletivo e também como espaço de estudo

Vejo que a relação escola com os sujeitos se dá através da organização na medida que faz reuniões. Tá faltando a participação dos pais em todos os momentos até informal um bate papo, a gente chega em casa e vai das discussões as vezes uma conversa que um tem com outro.

Aqui a fala aponta a ausência de participação da comunidade e a importância da participação participação da mesma a qual ela aponta falta de organização da escola para fazer preposição. Esta fala para mim é uma relevância e ao mesmo tempo preocupante, pois neste aspecto a escola assume uma concepção pensada para e não com os sujeitos

O significado da escola no olhar de quem lutou e vivenciou passo a passo como aluna da escola, hoje mãe de aluno e atualmente estudante do Curso Educação do Campo. A escola é para ela um espaço simbólico que marca a construção de sua identidade. A fala é bastante pertinente no que diz respeito o vínculo com terra, e dinâmica de luta do próprio acampamento para garantir a construção e permanência da escola.

Tenho a escola como símbolo de luta para sempre saber que aprendi ler e escrever nesta escola por ex: Lelê que se formou em cuba pensar que aprendeu a ler nesta escola. Eu fico preocupada com a juventude que não sabe a luta da escola, como eu e as pessoas do meu tempo que tem um outro olhar sobre a

escola. A escola do assentamento perpassa o que está colocado.ela é para memória. Quem passou pelo curral mesmo como criança, conseguiu compreender a importância da escola na construção do sujeito.temos várias pessoas que tem aprendido dentro da simplicidade que era o curral,a base que tem hoje de pessoas formadas no formal e informal.professores,médicos,técnicos agropecuários, pessoas que aprenderam a lidar com o gado,com a terra. E que hoje o mais jovem não incorpora mais está dinâmica. Também olha o processo que nós vivemos, construir espaço será que se fosse hoje os pais ia construir espaço, ou ia preferir entrar no ônibus escolar, Todo espaço que vivia no assentamento era de construção do sujeito, criação de associação,cooperativa.tinha uma dinâmica coletiva. Hoje se junta grupos menos que ainda tentam fazer as coisas. Hoje estamos acomodado no nosso dia a dia em atividade individuais no assentamento e trabalho fora do assentamento, como prefeitura, e outros.A escola tinha a característica de mobilizar, fazer as festas,reuniões, a escola tinha mais poder de mobilização. Lembro de um dia que fomos para a rua fazer manifestações com produtos, acredito que a escola pode continuar sendo este espaço,mesmo co a criação de novas estruturas a escola ainda é um espaço de referencia,pelas discussão que ela motiva por exemplo: a sede está abandonada, mas a escola não, todo mundo quer discutir e saber sobre ela, porque ela é um espaço de luta e conquista de saberes das famílias a escola é referencia.A escola perpassa escrever e ler para uma comunidade... Ela é instrumento de luta contra agronegócio.(Entrevistada mãe de aluno)

Outro aspecto colocado por ela é o poder de mobilização que a escola tinha para com as mobilizações principalmente interna

No que diz respeito a participação da comunidade na escola há um distanciamento, mas ao mesmo tempo tem uma preocupação com este espaço o qual se encontra no campo das conquista da comunidade.

A fala da entrevistada é pertinente quando ela cita os outros espaços coletivos que era referência no assentamento e atualmente está representatividade se encontra na escola.

.Um aspecto que é considero pertinente pois estes espaços Proporciona aprendizados adversidade do processo de formação dimensão que essa pedagogia traz para o campo da teoria pedagógica é reconhecer a diversidade de rituais e símbolos.Neste sentido veja o que diz Arroyo “Se a terra, o trabalho os processos e as relações de produção da vida são determinantes na produção formação com sujeitos, sociais, de pensamentos, valores, culturas identidades.nas formas de ser, pensar e ver o mudo .. “ (ARROYO,2012, p. 91).

4.6.3 Escola e assentamento na voz dos sujeitos

No caso da educação do campo, a entrada dos filhos, (jovens, crianças e adultos) da classe trabalhadora do campo na escola, os mais desiguais entre os desiguais, representa a incompetência do sistema de educação vigente, resultado da política e do avanço do capitalismo no campo.

Assim, torna-se necessária perguntar a respeito do projeto educativo da escola, sobre a especificidade concreta desses sujeitos camponeses e suas necessidades formativas específicas e em consequência disso as necessidades coletivas de construção de um projeto histórico da classe trabalhadora. Cultivando formas e estratégias de trabalho que sejam capazes de reunir a comunidade em torno da escola, enxergando nela uma aliada para enfrentar seus problemas e construir soluções com nosso grande desafio é o de construir uma direção coletiva da escola e assentamento. Criação de coletivos que cultivem a auto-organização dos educandos fortalecendo a construção de nossas relações sociais dos sujeitos do campo dentro e fora da escola para. Autonomia destes sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciar minhas reflexões vou tomar a liberdade de trazer presente uma frase do mestre Paulo Freire ‘me movo como educador porque primeiro me movo como gente’ E com estas sabias palavras e muitos outros ensinamentos que encontrei motivação para vivenciar todo o percurso da pesquisa desde a escolha do tema, aulas de metodologia da pesquisa, coleta e análise dados. Todo este percurso foi para mim de aprendizado e desafios os quais contribuíram muito para com a minha pratica como militante, educadora e também como pessoa.

A luta pela terra e por escola no assentamento primeiro de junho é uma referencia histórica no contexto atual de luta pela terra e também por escola pode se dizer uma referencia para o conjunto da organização e também para cotidiano do assentamento.

É relevante dizer que durante o processo de luta pela terra houve um envolvimento mais intenso das famílias nos diferentes espaços seja eles internos ou externos

O Assentamento Primeiro de Junho e referencia para a comunidade assentada e também para o conjunto do Movimento tendo em vista toda a trajetória das famílias, , algumas pessoas que foram as primeiras lideranças são assentadas , há um grande numero de jovens e crianças.

É notável o desejo que a escola e o assentamento se interaja mais em suas práticas educativas. Que a escola possa estar presente nas lutas internas e externas. Neste contexto trago para o diálogo ROSELI CALDARTE. A escola cabe dentro do assentamento, mas o assentamento não cabe dentro da escola, isso quer dizer que o assentamento é a referencia e ocupa uma dimensão a meu ver até complexa tendo em vista tamanha demanda que se agrega no cotidiano, isso se olhar por inteiro desde os processos educativos, produtivo etc.

A meu ver é importante que estudos futuros possa ser realizados na perspectiva de dar continuidade ao tema aqui proposto e até mesmo no registro das praticas educativas

que evidencie praticas em educação do campo.

É notável a necessidade de fortalecimento do coletivo ou equipe de educação. É necessário ainda que façam outras perguntas, pois o processo vivenciado pelas famílias deixam marcas de solidariedade, companheirismo, cooperação etc. Um sentimento que a vida mudou para melhor, mas muitos outros aspectos até mesmo organizativo vale pensar com mais carinho, pois se espera muito da escola.

Estudos de materiais produzidos pelo MST, os cadernos da coleção Educação do Campo pode ser um suporte para o momento atual

Outro aspecto positivo são os outros assentamento que fica próximo, tem uma boa relação, tendo em vista que o assentamento primeiro de junho tem uma construção histórica que pode ser referencia para os outros acampamentos que surgiram

Outro aspecto que deve ser levado em conta é as próprias possibilidades de construção da Educação do campo pelo número de pessoas que estão no mesmo contexto de luta e que estão próximas quanto a localização e ideais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica/Expressão Popular, 2012

Conde, Fernando. **A dialética produção-consumo do trabalho docente na territorialidade camponesa** / Fernando Conde. Dissertação de mestrado-UFMG/FaE, 2011.

Produção: **Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do campo**. Apoio: Associação Brasileira de Educadores Lassalista, Revista AEC e UNESCO, Redação: Comissão constituída por: Bernardo Mançano Fernandes- UNESP, Paulo Ricardo Cerioli, osfs- ITERRA, Roseli Salete Caldart- MST. Brasília, Julho de 1998.

MST, **Caderno de Debates**, 2013.